

# COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

## PROJETO DE LEI Nº 4.447, DE 2024

Institui a Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – PBCSIMPLES.

**Autora:** Deputada ELISANGELA ARAUJO

**Relator:** Deputado BETO RICHÁ

### I - RELATÓRIO

A proposta em tela, de autoria da ilustre Deputada Elisângela Araújo, institui a Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – PBCSIMPLES. Esta política será destinada ao planejamento e à integração das ações governamentais e do setor privado no âmbito da capacitação desses pequenos negócios.

São beneficiários da PBCSIMPLES microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte registradas em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

São objetivos da PBCSIMPLES:

I – estabelecer planejamento de longo prazo de ações de capacitação para os beneficiários desta Lei;

II – integrar as ações governamentais e privadas de desenvolvimento empresarial voltadas à capacitação dos beneficiários desta Lei;



III – facilitar o acesso dos beneficiários desta Lei à capacitação empresarial adequada às necessidades dos pequenos negócios; e

IV – promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a agregação de valor no território brasileiro e as exportações de pequenos negócios.

Estão entre os mecanismos para o acesso à capacitação empresarial adequada às necessidades dos pequenos negócios, a linguagem próxima à situação econômica e social do empreendedor, a criação de linhas de crédito específicas e o desenvolvimento de ferramentas e sítios eletrônicos para alcançar ações de capacitação, conforme o estágio de desenvolvimento, a situação urbana ou rural ou a renda do pequeno negócio.

São instrumentos da PBCSIMPLES:

I – o Plano Nacional da PBCSIMPLES que será estabelecido pelo Poder Executivo, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae com duração de quatro anos, objetivos e metas quantitativas e qualitativas. O primeiro Plano Nacional da PBCSIMPLES será estabelecido em até 180 dias após a publicação desta Lei, sendo avaliado anualmente pelo Congresso Nacional;

II – programas e políticas setoriais ou transversais que tratem de capacitação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte; e

III – recursos orçamentários disponibilizados para ações de capacitação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte e ações correlatas.

Além desta Comissão, o Projeto foi distribuído às Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, estando sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões em regime de tramitação ordinário.

Não houve emendas.

É o relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

O IBGE realizou pesquisa em 2022 sobre as taxas de sobrevivência das empresas brasileiras após cinco anos, descortinando um cenário bastante preocupante. Das empresas nascidas em 2017, apenas 37,9% estavam ativas após cinco anos, sendo que um ano depois ¼ delas já haviam fechado suas portas. As regiões Sul e Centro-Oeste são as mais problemáticas.

Essa baixa taxa de sobrevivência está relacionada a um problema conhecido no país: a baixa capacitação do brasileiro para o empreendedorismo.

Juntando este problema à elevada burocracia e tributação enfrentada pelos negócios no Brasil, se torna naturalmente muito difícil empreender no país.

Mas talvez este problema não derive da falta de programas públicos de capacitação para o empreendedorismo.

De fato, há um conjunto de ações dispersas no setor público sobre capacitação para pequenas empresas. O Sebrae, por exemplo, que é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, tem vários cursos oferecidos<sup>1</sup>. O SESI para o caso da indústria também oferece cursos nessa mesma linha<sup>2</sup>. O SENAI<sup>3</sup> e a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial)<sup>4</sup> também possuem ações sobre empreendedorismo voltada aos pequenos.

Esse grande conjunto de ações, no entanto, carece de um mínimo de coerência entre si, havendo um grande potencial de que uma maior integração dos vários programas desenvolvidos por estes e outros agentes da burocracia estatal e, principalmente, paraestatal, atinjam um resultado melhor e com menos recursos. Ou seja, a integração nacional das várias ações têm o

<sup>1</sup> [Portal Sebrae - Sebrae](#)

<sup>2</sup> [Empreendedorismo - Educação para o Trabalhador - SESI - Portal da Indústria](#)

<sup>3</sup> [Empreendedorismo - EAD SENAI](#)

<sup>4</sup> O IFB (Instituto Federal de Brasília) e a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) firmaram em final de 2024 parceria voltada para a formação de empreendedores capacitados.



potencial de favorecer a eficiência e a eficácia dos vários programas de capacitação existentes.

Mais do que integrar, é preciso que o conjunto de ações de capacitação para o empreendedorismo tenha um sentido de longo prazo, perfazendo e dando maior previsibilidade às políticas empreendidas.

E é isso que pretende o Projeto de Lei em tela, criando a Política Brasileira de Capacitação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional – PBC SIMPLES.

O Projeto prevê, em seu art. 2º, o planejamento e integração das ações governamentais e do setor privado no âmbito da capacitação desses pequenos negócios, com a previsão, no art. 4º, do Plano Nacional da PBC SIMPLES por 4 anos (art. 5º).

O inciso III do art. 5º define que este Plano conterá objetivos e metas quantitativas e qualitativas com respeito à capacitação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, o que consideramos importante para a realização do devido acompanhamento dos resultados da política.

Sendo assim, voto pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.447, de 2024.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

**Deputado BETO RICHA**  
**Relator**

